



**Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente de
Coxixola-PB**

**CONSELHO TUTELAR DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE
DE COXIXOLA-PB.**

**PROCESSO SELETIVO – RESOLUÇÃO Nº 04 /CMDCA/ 29 DE MAIO DE
2019.**

PROVA OBJETIVA E PROVA DE REDAÇÃO: 12 DE JUNHO DE 2019

**Prova objetiva e o teste escrito de conhecimento instrumental de atuação,
para processo de escolha unificada de conselheiro tutelar para o
quatriênio 2020/2023.**

PARA A O QUATRIÊNIO 2020/2023 – JANEIRO 2020 / JANEIRO 2023

CARGO: CONSELHEIRO TUTELAR

Nome do Candidato: _____

Nº do CPF: _____

Assinatura

INSTRUÇÕES:

01) Não é permitido durante a realização da prova a utilização de livros, impressos, máquinas de calcular, rádio, telefone celular (que deverá ser mantido desligado), ou qualquer utensílio que emita informações.

02) Durante a realização da prova o candidato não deve levantar-se, nem se comunicar com outros candidatos.

03) É expressamente proibido fumar durante a prova.

04) O candidato ao receber o caderno de questões deverá conferi-lo, caso esteja incompleto ou tenha qualquer defeito, deverá solicitar ao monitor de sala que o substitua, não cabendo reclamações posteriores neste sentido.

05) O caderno de questões é composto de 20 (vinte) questões objetivas de múltipla escolha.

06) Leia cuidadosamente cada questão, assinalando somente uma opção.



**Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente de
Coxixola-PB**

07) Ao receber o Cartão Resposta verifique se os dados estão corretos:

08) Use somente caneta esferográfica **azul** ou **preta**.

09) Para preencher o Cartão Resposta, observe seguinte:

Assinale (**com um (X)**) a área reservada à letra correspondente à resposta que julgar correta.

Sua resposta não será considerada se:

- houver marcação de duas ou mais opções;
- a área correspondente à resposta não estiver marcada;
- não houver opção assinalada;
- houver ultrapassado os limites da área reservada à letra correspondente à resposta.

10) Não deixe qualquer questão em branco.

11) Assine cartão Resposta dentro do espaço reservado.

12). Será disponibilizado uma folha específica para redação.

13) Não será fornecido outro Cartão Resposta, portanto, o mesmo não deverá ser rasurado, dobrado, amassado ou rasgado.

14) É proibido o uso de qualquer tipo de corretivo no Cartão Resposta, esclarecendo-se que tal prática impedirá a análise correta da resposta dada, invalidando assim a referida resposta.

15) A duração da prova é de 3h (três horas). Iniciada a mesma, nenhum candidato poderá retirar-se da sala antes de completado o tempo de 1h (uma hora). Os três últimos candidatos deverão permanecer na sala, sendo somente liberados quando o último deles tiver concluído a prova, devendo os mesmo saírem juntos do local de prova.

16) Por razões de segurança, não poderá levar consigo o caderno de questões da prova, devendo ser devolvido juntamente com o cartão resposta.

17) É proibida a reprodução total ou parcial deste material, por qualquer meio ou processo.

Boa Prova.



Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente de
Coxixola-PB

LEGISLAÇÃO DO ECA

1. O médico da UPA (Unidade de Pronto Atendimento) de Ananindeua, deixou de comunicar à autoridade competente, caso de criança com fortes suspeitas de maus tratos e agressões físicas. Neste caso, a pena para este médico será.

(A) reclusão de 06 meses mais uma multa de 10 a 20 salários mínimos de referência.

(B) reclusão de 01 ano mais uma multa de 10 a 15 salários mínimos de referência.

(C) multa de 03 a 20 salários mínimos de referência, aplicando-se o dobro em caso de reincidência.

(D) multa de 10 a 20 salários mínimos de referência, em caso de reincidência, aplica-se o triplo destes valores.

2. O Estatuto da Criança e do Adolescente – ECA, considera criança a pessoa?

A) entre doze e dezesseis anos incompletos.

B) entre quatro e doze anos incompletos.

C) até doze anos de idade incompletos.

D) até quatorze anos de idade incompletos.

3. Ao tratar do direito da criança e do adolescente à educação, o ECA, em seu artigo 56, determina que os dirigentes de estabelecimentos de ensino fundamental deverão comunicar ao Conselho Tutelar, dentre outros, os casos de alunos:



**Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente de
Coxixola-PB**

- A) maus tratos envolvendo seus alunos**
- B) cujos pais não acompanham com assiduidade a sua vida escolar
- C) reincidentes em situações de indisciplina
- D) com maior dificuldade de acompanhar os trabalhos escolares

4. Ao receber denúncia de que uma criança está com seus direitos violados, o Conselho Tutelar requisitou serviço público na área da saúde pedindo providências. Não sendo atendido, injustificadamente, em tal determinação, o Conselho Tutelar representou o caso junto ao/à:

- A) Prefeito Municipal.
- B) Câmara Municipal.
- C) Juiz da Vara da Infância e Juventude.**
- D) Secretaria de Promoção Social.

5. Acerca das atribuições do conselho tutelar contidas no art. 136, da Lei 8.069/90 (ECA), assinale a opção correta.

- A) encaminhar ao Ministério Público notícia de fato que constitua infração administrativa ou penal contra os direitos da criança ou adolescente.**
- B) não observar os direitos da criança e do adolescente.
- C) deixar de atender denúncia de que adolescente encontra-se fazendo uso de bebida alcoólica.
- D) não atende, nem aconselhar pais ou responsáveis.

6) As medidas de proteção à criança e ao adolescente são aplicáveis sempre que os direitos reconhecidos no Estatuto da Criança e do Adolescente forem ameaçados ou violados:

- A) Por ação ou omissão da sociedade ou do Estado;
- B) Por falta, omissão ou abuso dos pais ou responsável;



**Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente de
Coxixola-PB**

C) Em razão de sua conduta;

D) Todas as alternativas anteriores estão corretas.

7. A Lei Federal nº. 8.069, de 13 de julho de 1990 - Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) dispõe sobre:

A) O sistema de controle de menores abandonados, pervertidos e delinquentes;

B) A doutrina da “situação irregular”;

C) A proteção integral à criança e ao adolescente;

D) A caridade e a assistência em benefício de crianças e adolescentes carentes.

8. É dever da família, da comunidade, da sociedade em geral e do poder público assegurar, com absoluta prioridade, a efetivação dos direitos referentes à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao esporte, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e à convivência familiar e comunitária. A garantia de prioridade compreende:

I - a preferência de receber proteção e socorro em qualquer hospital particular;

II - precedência de atendimento nos serviços públicos ou de relevância pública;

III - primazia na formulação de políticas assistencialistas voltadas à infância;

IV - destinação privilegiada de recursos públicos à infância e à juventude somente nas áreas relacionadas à prevenção.

- Tendo analisado os itens acima, é verdadeiro afirmar que

(A) todos os itens estão corretos.

(B) os itens I e II estão corretos.

(C) os itens I, II e III estão corretos.

(D) os itens II e IV estão corretos.



**Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente de
Coxixola-PB**

09. Considere a seguinte hipótese: um professor de uma escola pública do município de Ananindeua/PA confirmou ter observado maus tratos impetrados contra uma adolescente, aluna de sua classe escolar. Primeiramente, ele foi falar com a mãe da adolescente, mas esta negou qualquer agressão física. Em outra ocasião, a adolescente pediu ajuda do professor, dizendo sofrer agressões constantes de seu padrasto. E novamente o professor dirigiu-se à mãe, tendo, dessa vez, recebido ameaças do padrasto da adolescente. Repetidas vezes a adolescente pediu ajuda ao professor, mas este não tomava qualquer atitude, por sentir-se ameaçado. Ademais, considerava que já fizera sua parte ao procurar a família. Diante de uma situação de maus tratos como essa, em que o professor em diversos momentos deixou de comunicar à autoridade competente as queixas da aluna quando era forte a suspeita de maus-tratos contra a adolescente, a pena a ser imposta ao professor seria de

(A) reclusão por um a dois anos, além de multa de seis a quarenta salários de referência por reincidência.

(B) detenção por quatro anos, além de multa por reincidência.

(C) multa de três a vinte salários de referência, aplicando-se o dobro pela reincidência.

(D) multa de dois a dez salários de referência.

10. O adolescente que cometeu ato infracional praticado em coautoria com maior de idade deverá ser conduzido

(A) inicialmente junto com o adulto para a unidade policial mais próxima e depois, ouvidas as partes, o adolescente então será conduzido a uma repartição policial especializada.



**Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente de
Coxixola-PB**

(B) ao Conselho Tutelar, que, em parceria com a unidade policial e Ministério Público, deverá ouvi-lo para que, dependendo da infração, seja então conduzido para uma unidade policial, sendo o adulto mantido preso.

(C) para uma unidade policial de combate ao crime organizado, por tratar-se de crime em coautoria com adulto.

(D) para uma repartição policial especializada no atendimento de adolescente, se houver, prevalecendo a atribuição da repartição especializada, a qual, após providências necessárias e conforme o caso, encaminhará o adulto a repartição policial própria.

11) Segundo o ECA no art. 55, é dever dos pais ou responsável a obrigação de:

(A) Matricular seus filhos ou pupilos na rede regular de ensino;

(B) Acompanhar os filhos nas realizações das provas escolares;

(C) Ensinar os filhos as tarefas de casa;

(D) Ensinar uma profissão.

12. Conforme o art. 56 da Lei n.º 8.069, de 13 de Julho de 1990 (Estatuto da Criança e do Adolescente), cabe aos dirigentes de estabelecimentos de ensino fundamental comunicar ao Conselho Tutelar um dos seguintes casos apresentados a seguir:

a.() maus-tratos causados pelos alunos aos professores.

b.() reiteração de faltas injustificadas e de evasão escolar, esgotados os recursos escolares.

c.() ausência ou irregularidade de transporte escolar, prejudicando a frequência dos alunos às aulas.

d.() elevados níveis de queixas dos professores pelo mal comportamento dos alunos.



**Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente de
Coxixola-PB**

13. Segundo o ECA, em seu artigo 54, é dever do poder público assegurar:

- a.() Ensino gratuito e obrigatório para o ensino fundamental, médio e superior.
- b.() Creche para as crianças a partir dos quatro anos de idade.
- c.() A abertura de escolas especiais para crianças emigradas de países latino-americanos.
- d.() O recenseamento dos educandos no ensino fundamental, a feitura da chamada e zelar junto aos pais ou responsáveis pela frequência.**

14. “Palmada pedagógica” vira polêmica após Lei pela proibição. A Lei serve para afirmar o que já vinha sendo discutido na Constituição de 1988. “Essa Lei veio para romper a cultura de violência no Brasil e principalmente não formar uma criança violenta. A educação só visa paz e não deve ser feita com violência e o famoso “tapinha” é o primeiro passo da tortura que a criança pode receber depois”. Afirma: Ariel de Castro Alves – Presidente da Fundação Criança de São Bernardo: RD online Repórter Diário 24/07/2010. Segundo o texto podemos afirmar que:

- a) () Crianças carentes apresentam problemas, mas não há solução para isso, então devemos dar pequenas palmadas pedagógicas como forma da boa educação.
- b) () Crianças e adolescentes são violentos e a boa educação comunitária visa dar o famoso “tapinha”, pois é o primeiro passo para a educação ideal nessa fase.
- c) () Ariel de Castro Alves é a favor do “tapinha pedagógico” e acredita que essa é uma forma adequada de se educar crianças e adolescentes nervosos desde que não maltrate - os, nem espanque-os.
- d) () “Palmadas pedagógicas” em crianças ou adolescentes não servem para uma boa educação, que deve ser baseada no respeito, na confiança,**



**Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente de
Coxixola-PB**

e no amor. O tapinha pode ser o primeiro passo da possível tortura posterior.

15. Quando o Juiz da Infância e da Juventude determina ao adolescente autor de ato infracional, após o cumprimento de uma medida socioeducativa de internação, uma medida de proteção prevista no art. 101 do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) como por exemplo, a requisição de tratamento médico e psicológico ou psiquiátrico em regime ambulatorial e faça o encaminhamento de sua decisão ao Conselho Tutelar para tomada de providências para a efetivação de tal medida, cabe ao colegiado do Conselho Tutelar primeiramente:

- a) Encaminhar a solicitação ao Ministério Público para a tomada de providências imediatas.
- b) Considerar a determinação judicial infundada, uma vez que menores infratores em cumprimento de medida socioeducativa não são de sua competência.
- c) Atender o caso desde que o adolescente compareça à sede do Conselho Tutelar acompanhado dos pais e assuma o compromisso de cumprir o tratamento até a sua alta.
- d) O Conselho Tutelar deve requisitar os serviços na rede de atendimento.**

16. O Conselheiro Tutelar, na forma da lei municipal e a qualquer tempo, pode ter seu mandato suspenso ou cassado, no caso de descumprimento de suas atribuições, prática de atos ilícitos ou conduta incompatível com a confiança outorgada pela comunidade. Diante desta assertiva é incorreto afirmar:

- a) O próprio colegiado de Conselheiros Tutelares poderá imediatamente afastar aquele que descumprir suas atribuições ou tiver conduta antiética e/ou imoral.



**Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente de
Coxixola-PB**

b) As situações de afastamento ou cassação de mandato de Conselheiro Tutelar devem ser precedidas de sindicância e/ou processo administrativo, assegurando -se a imparcialidade dos responsáveis pela apuração, o direito ao contraditório e a ampla defesa.

c) As conclusões da sindicância administrativa devem ser remetidas ao Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente que, em plenária, deliberará acerca da adoção das medidas cabíveis.

d) Quando a violação cometida pelo Conselheiro Tutelar constituir ilícito penal caberá aos responsáveis pela apuração oferecer notícia de tal fato ao Ministério Público para as providências legais cabíveis.

17. O dever de velar pela dignidade da criança e do adolescente, pondo-os a salvo de qualquer tratamento desumano, violento, aterrorizante, vexatório ou constrangedor cabe a: (Art. 18):

(A) Conselho Tutelar;

(B) Prefeitura;

(C) Comunidade;

(D) Todos.

18. Os dirigentes de estabelecimentos de ensino fundamental comunicarão ao Conselho Tutelar os casos de:

(A) Maus-tratos envolvendo alunos;

(B) Reiteração de faltas injustificadas e evasão escolar, esgotados os recursos escolares;

(C) Elevados níveis de repetência;

(D) Todas as questões acima estão corretas.

19. Pelo ECA, existem várias atribuições do Conselho Tutelar. Observe os itens para marcar a única alternativa correta.



**Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente de
Coxixola-PB**

I - Encaminhar à Defensoria Pública casos de crianças e adolescentes a fim de defender seus direitos e de sua família natural.

II - Assessorar o Poder Executivo local na elaboração da proposta orçamentária para planos e programas de atendimento dos direitos da criança e do adolescente.

III - providenciar a medida estabelecida pela autoridade judiciária, dentre as previstas no art. 101, de I a VI, para o adolescente autor de ato infracional.

- (A) I e II estão corretas
- (B) I e III estão corretas
- (C) II e III estão corretas**
- (D) todas estão corretas

20. Segundo o art. 53 do Estatuto da Criança e do Adolescente. “A criança e ao adolescente têm direito à educação, visando ao pleno desenvolvimento de sua pessoa, preparo para o exercício da cidadania e qualificação para o trabalho, assegurando-lhes:” Marque a opção incorreta.

- A) igualdade de condições para o acesso e permanência na escola.
- B) direito de ser desrespeitado por seus educadores.**
- C) direito de organização e participação em entidades estudantis;
- D) acesso à escola pública e gratuita próxima de sua residência.